COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAUDE E DOS TRABALHADORES EM ENSINO DO DISTRITO FEDERAL LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores em reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAUDE E DOS TRABALHADORES EM ENSINO DO DISTRITO FEDERAL LTDA - SICOOB EXECUTIVO**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **11/03/1983**, filiada à **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO PLANALTO CENTRAL LTDA - SICOOB PLANALTO CENTRAL.**

O **SICOOB PLANALTO CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB EXECUTIVO,** sediada no Distrito Federal**,** possui 6 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **BRASÍLIA - DF**.

O **SICOOB EXECUTIVO** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 25/01/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN n° 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN n° 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular n° 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB n° 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pelo **SICOOB EXECUTIVO**:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

O **SICOOB EXECUTIVO** iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 "Novo Coronavírus"

A Administração avaliou a capacidade do **SICOOB EXECUTIVO** continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência do **SICOOB EXECUTIVO** no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que o **SICOOB EXECUTIVO** questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por

ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados por quotas do **SICOOB PLANALTO CENTRAL**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do **SICOOB EXECUTIVO** ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

m) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando o **SICOOB EXECUTIVO** tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja

requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais o **SICOOB EXECUTIVO** tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020.**

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários (a)	469.695,48	647.027,41
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	25.157.992,47	15.425.153,92
TOTAL	**25.627.687,95**	**16.072.181,33**

(a) Refere-se à disponibilidades e depósitos bancários no banco BRB – Banco Regional de Brasília.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas do **SICOOB EXECUTIVO**, depositadas junto ao **SICOOB PLANALTO CENTRAL** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foram de (R$ 625.386,74) e (R$ 1.479.385,81), respectivamente, com taxa média de 105% do CDI nos respectivos períodos.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	16.366.494,31	52.778.809,68	**69.145.303,99**	69.585.325,45
Financiamentos	1.248.171,12	2.221.977,95	**3.470.149,07**	3.068.390,98
Total de Operações de Crédito	**17.614.665,43**	**55.000.787,63**	**72.615.453,06**	**72.653.716,43**
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.953.881,26)	(3.434.782,79)	**(5.388.664,05)**	(4.532.017,90)
TOTAL	**15.660.784,17**	**51.566.004,84**	**67.226.789,01**	**68.121.698,53**

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	2.970.838,04	-	2.970.838,04		3.886.648,75	
A	0,5%	Normal	25.498.797,58	1.299.725,81	26.798.523,39	(133.992,62)	28.242.671,04	(141.213,36)
B	1%	Normal	17.004.861,38	744.842,79	17.749.704,17	(177.497,04)	15.279.999,00	(152.799,99)
B	1%	Vencidas	437.655,86	-	437.655,86	(4.376,56)	433.468,13	(4.334,68)
C	3%	Normal	13.503.324,44	1.003.787,51	14.507.111,95	(435.213,36)	14.274.010,45	(428.220,31)
C	3%	Vencidas	247.038,99	-	247.038,99	(7.411,17)	347.658,10	(10.429,74)
D	10%	Normal	2.626.965,03	281.144,19	2.908.109,22	(290.810,92)	4.588.965,75	(458.896,58)
D	10%	Vencidas	401.621,76	19.974,82	421.596,58	(42.159,66)	320.438,55	(32.043,86)
E	30%	Normal	1.287.110,89	83.549,96	1.370.660,85	(411.198,25)	1.532.432,81	(459.729,84)
E	30%	Vencidas	690.785,37	20.939,00	711.724,37	(213.517,31)	590.044,80	(177.013,44)
F	50%	Normal	459.479,33	-	459.479,33	(229.739,67)	436.627,73	(218.313,87)
F	50%	Vencidas	576.268,55	10.959,21	587.227,76	(293.613,88)	139.342,16	(69.671,08)
G	70%	Normal	479.748,87	-	479.748,87	(335.824,21)	322.265,49	(225.585,84)
G	70%	Vencidas	509.084,83	-	509.084,83	(356.359,38)	351.265,30	(245.885,71)
H	100%	Normal	827.566,64	-	827.566,64	(827.566,64)	654.002,25	(654.002,25)
H	100%	Vencidas	1.624.156,43	5.225,78	1.629.382,21	(1.629.382,21)	1.253.876,12	(1.253.876,12)
Total Normal			**64.658.692,20**	**3.413.050,26**	**68.071.742,46**	**(2.841.842,71)**	**69.217.623,27**	**(2.738.762,04)**
Total Vencidos			**4.486.611,79**	**57.098,81**	**4.543.710,60**	**(2.546.820,17)**	**3.436.093,16**	**(1.793.254,63)**
Total Geral			**69.145.303,99**	**3.470.149,07**	**72.615.453,06**	**(5.388.664,05)**	**72.653.716,43**	**(4.532.017,90)**
Provisões			**(5.272.439,37)**	**(116.224,68)**	**(5.388.664,05)**		**(4.532.017,90)**	
Total Liquido			**63.872.864,62**	**3.353.924,39**	**67.226.789,01**		**68.121.698,53**	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	7.302.262,44	9.064.231,87	52.778.809,68	69.145.303,99
Financiamentos	360.136,68	888.034,44	2.221.977,95	3.470.149,07
TOTAL	7.662.399,12	9.952.266,31	55.000.787,63	72.615.453,06

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	7.146.083,83	2.336.053,44	9.482.137,27	**13%**
Pessoa Física	61.863.703,78	1.134.095,63	62.997.799,41	**87%**
Outros	135.516,38	-	135.516,38	**0%**
TOTAL	**69.145.303,99**	**3.470.149,07**	**72.615.453,06**	**100%**

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(4.532.017,90)	(3.657.845,72)
Constituições	(6.993.401,92)	(7.677.369,22)
Reversões	3.967.959,42	4.534.482,22
Transferência para prejuízo	2.168.796,35	2.268.714,82
TOTAL	**(5.388.664,05)**	**(4.532.017,90)**

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	942.590,00	1,00%	1.049.424,08	1,00%
10 Maiores Devedores	5.316.884,03	7,00%	5.621.336,83	8,00%
50 Maiores Devedores	13.722.548,78	19,00%	13.995.593,16	19,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	17.234.850,48	15.483.251,86
Valor das operações transferidas no período	3.253.306,66	2.655.686,56
Valor das operações recuperadas no período	(829.511,00)	(591.107,08)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(540.086,33)	(312.980,86)
TOTAL	**19.118.559,81**	**17.234.850,48**

h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2020 as operações de crédito renegociadas pelo **SICOOB EXECUTIVO** apresentavam um montante total de (R$ 52.906.557,08) e em 31/12/2019 foi de (R$ 46.956.673,35), compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas ao **SICOOB EXECUTIVO** por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	585.397,10	-	2.115.857,18	-
Rendas a Receber	**208.969,32**	**-**	**94.390,57**	**-**
Serviços prestados a receber (b)	150.445,16	-	4.526,75	-
Outras rendas a receber	7.748,59	-	2.334,91	-
Rendimentos Centralização Financeira - Central (c)	50.775,57	-	87.528,91	-
Diversos	**2.426.713,70**	**333.306,64**	**1.760.041,65**	**330.253,96**
Adiantamentos e antecipações salariais	9.112,60	-	13.401,03	-

Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	1.101,90	-	11.140,24	-
Adiantamentos por conta de imobilizações (d)	80.000,00	-	436.581,62	-
Devedores por depósitos em garantia (e)	-	333.306,64	-	330.253,96
Impostos e contribuições a compensar	6.075,89	-	-	-
Títulos e créditos a receber (f)	221.285,59	-	216.478,04	-
Devedores diversos – país (g)	2.109.137,72	-	1.082.440,72	-
(-) Provisões para outros créditos	**(1.233.640,59)**	**-**	**(2.208.936,46)**	**-**
(-) Com características de concessão de crédito (h)	(477.996,06)	-	(1.453.291,93)	-
(-) Sem características de concessão de crédito (i)	(755.644,53)	-	(755.644,53)	-
TOTAL	**1.987.439,53**	**333.306,64**	**1.761.352,94**	**330.253,96**

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se à operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados do **SICOOB EXECUTIVO** cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito (R$ 147.143,15) e rendas de serviços de convênios a receber (R$ 3.302,01).

(c) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber do **SICOOB PLANALTO CENTRAL** referente ao mês de dezembro de 2020.

(d) Refere-se a valores antecipado à fornecedores por conta de futura aquisição de bens do imobilizado, para a aquisição de mobiliário para o PA de Sobradinho - DF (R$ 80.000,00).

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R$ 193.282,32) e COFINS sobre Atos Cooperativos (R$ 140.024,32).

(f) Títulos e créditos a receber, refere-se a valores a receber – tarifas (R$ 221.285,59).

(g) Em Devedores Diversos estão registrados, basicamente, diferença de caixa (R$ 1.005,00), pendências a regularizar (R$ 278.642,47), pendências a regularizar Bancoob (R$ 1.073.845,72) e outros (R$ 755.644,53).

(h) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E	30%	Normal	17.840,58	17.840,58	(5.352.17)	534.901,99	(160.470,60)
E	30%	Vencidas	89.717,08	89.717,08	(26.915.12)	260.431,62	(78.129,49)
F	50%	Normal	4.482,13	4.482,13	(2.241.07)	40.405,07	(20.202,54)
F	50%	Vencidas	43.330,50	43.330,50	(21.665.25)	40.788,82	(20.394,41)
G	70%	Normal	6.155,84	6.155,84	(4.309.09)	91.684,96	(64.179,47)
G	70%	Vencidas	21.192,36	21.192,36	(14.834.65)	125.765,14	(88.035,60)
H	100%	Normal	877,12	877,12	(877.12)	365.121,56	(365.121,56)
H	100%	Vencidas	401.801,49	401.801,49	(401.801.49)	656.758,02	(656.758,02)
Total Normal			**29.355,67**	**29.355,67**	**(12.779,45)**	**1.032.113,58**	**(609.974,17)**
Total Vencidos			**556.041,43**	**556.041,43**	**(465.216,51)**	**1.083.743,60**	**(843.317,52)**
Total Geral			**585.397,10**	**585.397,10**	**(477.996,06)**	**2.115.857,18**	**(1.453.291,93)**
Provisões			**(477.996,06)**	**(477.996,06)**		**(1.453.291,93)**	
Total Líquido			**107.401,14**	**107.401,14**		**662.565,50**	

(i) Outros – (R$ 755.644,53). O valor refere-se a débitos com credores originários de desvios de valores efetuados por ex-funcionário do **SICOOB EXECUTIVO**. O valor em questão encontra-se integralmente provisionado.

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Bens Não de Uso Próprio (a)	2.105.381,31	3.415.753,91
Material em Estoque	2.522,00	2.257,89
Despesas Antecipadas (b)	316.836,09	308.167,40
TOTAL	**2.424.739,40**	**3.726.179,20**

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, aluguéis, auxilio alimentação e auxilio transportes.

8. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central De Crédito (a)	18.384.420,40	17.644.201,45
TOTAL	**18.384.420,40**	**17.644.201,45**

(a) Refere-se a cotas de capital no **SICOOB PLANALTO CENTRAL**.

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Instalações	10%	716.122,20	984.720,95
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(253.567,26)	(203.518,84)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.042.248,84	719.041,92
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso		(1.407.255,84)	(369.714,57)
Sistema de Comunicação	20%	60.754,01	74.226,82
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.099.435,08	991.363,00
Sistema de Segurança	10%	202.104,59	170.239,88
Benfeitorias em Imóveis De Terceiros		684.679,87	-
(-) Depreciação Acumulada Outras Imobilizações de Uso		(213.880,32	(848.580,58)
TOTAL		**2.144.521,49**	**1.517.778,58**

10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “Pro rata temporis”; já as remunerações pré-

fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	21.909.225,61		16.939.292,33	
Depósito Sob Aviso	6.401,10	0,71	6.064,20	0,78
Depósito a Prazo	46.120.415,75	0,15	42.150.220,19	0,33
TOTAL	**68.036.042,46**		**59.095.576,72**	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	4.008.429,36	6,00%	3.082.821,54	5,00%
10 Maiores Depositantes	16.775.163,58	25,00%	19.160.527,91	33,00%
50 Maiores Depositantes	38.339.248,28	57,00%	35.515.872,12	61,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(161,92)	(336,90)	(233,88)	(499,09)
Despesas de Depósitos a Prazo	(358.780,49)	(1.102.040,29)	(1.235.756,05)	(2.518.850,28)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(46.930,39)	(89.723,72)	(46.183,10)	(89.866,20)
TOTAL	**(405.872,80)**	**(1.192.100,91)**	**(1.282.173,03)**	**(2.609.215,57)**

11. Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	13.675.228,58	416.697,79	17.763.594,52	-
TOTAL	**13.675.228,58**	**416.697,79**	**17.763.594,52**	**-**

a) As despesas dessa transação resultaram em 31/12/2020 o montante de (R$ 505.240,34) e em 31/12/2019 foi de (R$ 959.098,26), com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses".

12. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com o **SICOOB EXECUTIVO** são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2019	31/12/2019
Cobrança de Terceiros em Trânsito (a)	2.113,69	4.124,33
TOTAL	**2.113,69**	**4.124,33**

13. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante

Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	326,38	-	8.293,08	-
Sociais e Estatutárias	2.578.278,85	-	2.105.712,61	
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	225.372,44	-	254.376,71	
Diversas	1.898.781,65	34.799,78	2.024.955,70	53.913,64
TOTAL	**4.702.759,32**	**34.799,78**	**4.393.338,10**	**53.913,64**

13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
FATES - Resultado de Atos com Associados (a)	651.228,83	576.062,42
Cotas de Capital a Pagar (b)	1.927.050,02	1.529.650,19
TOTAL	**2.578.278,85**	**2.105.712,61**

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados do **SICOOB EXECUTIVO**, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	-	9.795,78
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	7.620,20	17.866,65
Impostos e Contribuições sobre Salários	195.271,48	204.587,83
Outros	22.480,76	22.126,45
TOTAL	**225.372,44**	**254.376,71**

13.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	119.702,02	-	78.986,12	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	45.469,28	-	44.930,76	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	934.986,06	-	905.639,10	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	323.530,24	34.799,78	537.353,75	53.913,64
Credores Diversos – País (c)	475.094,05	-	458.045,97	-
TOTAL	**1.898.781,65**	**34.799,78**	**2.024.955,70**	**53.913,64**

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal.

(b) Refere-se à contabilização, a partir de 30/04/2015, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, o **SICOOB EXECUTIVO** é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de (R$ 7.162.418,44) em 31/12/2019 (R$ 7.731.734,22), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para

garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Em Credores Diversos – País estão registrados, basicamente, as pendencias a regularizar (R$ 13.499,83), pendências a regularizar Bancoob (R$ 178.612,81), créditos de terceiros (R$ 13.521,67), rateio das despesas do SICOOB PLANALTO CENTRAL (R$ 47.051,31) a ser pago em janeiro de 2021, saldos credores de encerramento de conta corrente (R$ 155.386,26) e outros – patrocínio do **SICOOB PLANALTO CENTRAL** (R$ 66.922,17).

14. Instrumentos financeiros

O **SICOOB EXECUTIVO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o **SICOOB EXECUTIVO** não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de (R$1,00) cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	21.855.717,00	21.122.068,39
Quantidade de Associados	10.963	11.097

15.2 Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 60%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

15.4 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23/07/2020, os cooperados deliberaram pelo aumento do fundo de reserva com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de (R$ 1.176.361,34).

As sobras do exercício foram assim constituídas:

Descrição	2020	2019
Sobra líquida do exercício	3.185.600,05	3.994.452,02
(-) IRPJ/CSLL	(200.034,24)	(73.247,54)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	**2.985.565,81**	**3.921.204,48**
Destinações estatutárias	**2.985.565,81**	**3.921.204,48**

Reserva legal - 60%	(1.791.339,49)	(2.352.722,69)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(298.556,58)	(392.120,45)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	**895.669,74**	**1.176.361,34**
Perdas de incorporação – Sicoob CrediDF	(551.579,42)	(553.226,35)
Sobras/Perdas Líquidas	**344.090,32**	**623.134,99**

a) Perdas Rateadas – Sicoob CrediDF

As perdas da cooperativa incorporada Sicoob CrediDF, foram rateadas entre seus associados. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo das perdas rateadas corresponde ao montante de (R$551.579,42), conforme demonstrado a seguir:

Incorporação Sicoob CrediDF			
Perda em 31.12.2019	(553.226,35)	Perda em 31.12.2018	(565.525,71)
Recuperação 2020	1.646,93	Recuperação 2019	12.299,36
Perda em 31.12.2020	**(551.579,42)**	**Perda em 31.12.2019**	**(553.226,35)**

16. Provisão de Juros ao Capital

O **SICOOB EXECUTIVO** pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de 2020, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de (R$594.920,21), equivalente a 100% da variação da SELIC. Em 2019, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de (R$ 121.206,66), equivalente a 10% da variação da SELIC.

17. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos A Depositantes	28.864,29	64.662,10	39.441,69	77.127,96
Rendas de Empréstimos	6.626.177,30	13.817.085,38	7.660.646,81	15.066.092,52
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	412,20	13.337,15	37.322,22	73.055,60
Rendas de Financiamentos	306.593,16	569.992,83	308.712,69	640.282,24
Rendas de Créditos Por Avais e Fianças Honrados	-	0,40	-	-
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	1.078.959,00	1.607.598,73	399.197,20	669.842,15
TOTAL	**8.041.005,95**	**16.072.676,59**	**8.445.320,61**	**16.526.400,47**

18. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Captação	(405.872,80)	(1.192.100,91)	(1.282.173,03)	(2.609.215,57)
Despesas de Obrigações Por Empréstimos e Repasses	(173.446,66)	(505.240,34)	(475.671,10)	(959.098,26)
Provisões para Operações de Crédito	(1.708.386,29)	(3.912.316,66)	(2.732.301,94)	(4.614.924,48)
TOTAL	**(2.287.705,75)**	**(5.609.657,91)**	**(4.490.146,07)**	**(8.183.238,31)**

19. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de prestação de serviços	1.606.246,12	3.186.955,14	1.584.245,04	2.821.480,37
TOTAL	**1.606.246,12**	**3.186.955,14**	**1.584.245,04**	**2.821.480,37**

20. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	436.716,40	881.550,08	446.779,40	878.689,90
Rendas de Serviços Prioritários - PF	265.006,70	553.507,89	417.119,28	749.485,43
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	706,90	1.496,10	3.315,70	5.545,45
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	479.881,22	919.992,94	472.891,87	963.233,39
TOTAL	**1.182.311,22**	**2.356.547,01**	**1.340.106,25**	**2.596.954,17**

21. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(54.000,00)	(108.000,00)	(54.000,00)	(102.225,36)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(468.623,18)	(976.120,25)	(462.520,79)	(827.840,66)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(923.675,87)	(1.809.028,67)	(913.189,61)	(1.732.805,36)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(634.565,07)	(1.259.148,69)	(595.179,82)	(1.159.260,50)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.679.166,11)	(3.280.407,08)	(1.514.485,75)	(2.995.910,08)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(42.276,96)	(107.430,96)	(22.612,35)	(47.510,83)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(52.378,33)	(98.504,99)	(57.511,67)	(109.853,32)
TOTAL	**(3.854.685,52)**	**(7.638.640,64)**	**(3.619.499,99)**	**(6.975.406,11)**

22. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(27.891,16)	(54.417,43)	(23.796,42)	(47.766,79)
Despesas de Aluguéis	(394.018,05)	(743.440,97)	(329.661,91)	(642.063,24)
Despesas de Comunicações	(187.397,43)	(404.471,21)	(148.278,61)	(307.299,13)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(11.867,91)	(21.664,84)	(25.941,55)	(51.949,99)
Despesas de Material	(20.733,45)	(46.635,46)	(52.289,06)	(102.275,97)
Despesas de Processamento de Dados	(325.807,13)	(717.377,90)	(314.933,67)	(613.563,11)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(82,26)	(82,26)	(70.136,78)	(96.565,41)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(13.171,53)	(13.634,81)	(2.345,42)	(4.921,66)
Despesas de Publicações	(150,00)	(810,80)	-	(2.967,76)
Despesas de Seguros	(13.412,07)	(26.114,55)	(2.302,39)	(21.236,25)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(671.453,60)	(1.457.932,98)	(900.746,73)	(1.853.428,35)
Despesas de Serviços de Terceiros	(252.555,57)	(457.817,31)	(267.829,79)	(528.734,99)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(165.178,10)	(321.568,76)	(143.694,76)	(292.443,36)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(295.944,96)	(551.364,61)	(439.016,51)	(698.179,67)
Despesas de Transporte	(49.056,10)	(97.258,19)	(53.046,90)	(101.087,35)
Despesas de Viagem ao Exterior	(1.503,30)	(1.503,30)	(1.448,40)	(1.448,40)
Despesas de Viagem no País	(1.210,00)	(1.210,00)	(10.571,40)	(20.120,13)
Despesas de Amortização	(2.235,79)	(3.660,92)	-	(58.825,46)
Despesas de Depreciação	(177.156,86)	(345.635,49)	(108.798,78)	(198.194,97)
Outras Despesas Administrativas	(477.403,94)	(923.636,73)	(520.960,92)	(993.401,42)
Emolumentos judiciais e cartorários	(53.474,40)	(82.576,45)	(47.168,42)	(75.481,01)
Contribuição a OCE	(1.841,76)	(3.683,52)	(1.762,80)	(3.525,60)
Rateio de despesas da Central	(383.472,47)	(827.894,68)	(403.741,45)	(794.025,62)
Rateio de despesa do Sicoob Confederação	(51.449,49)	(114.136,97)	(115.849,00)	(263.845,16)
TOTAL	**(3.578.467,33)**	**(7.218.530,14)**	**(3.984.321,67)**	**(7.773.350,80)**

23. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	67.300,47	197.744,01	249.071,64	252.404,64
Distribuição de sobras da central	-	740.218,95	-	1.035.184,90
Atualização depósitos judiciais	1.099,86	3.052,68	3.097,58	6.498,17
Outras rendas operacionais	14.330,91	28.662,09	-	-
Rendas oriundas de cartões de crédito	647.711,37	1.715.710,49	1.515.562,53	2.970.976,76

TOTAL	**(730.442,61)**	**(2.685.388,22)**	**(1.767.731,75)**	**(4.265.064,47)**

24. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(133.814,38)	(196.075,20)	(6.312,16)	(8.314,16)
Outras Despesas Operacionais	(73.956,23)	(121.111,06)	(108.994,69)	(168.838,10)
Descontos concedidos - operações de crédito	(726,57)	(65.653,23)	(43.076,27)	(148.985,01)
Cancelamento - tarifas pendentes	(226.210,82)	(436.835,70)	(206.532,85)	(354.489,23)
TOTAL	**(434.708,00)**	**(819.675,19)**	**(364.915,97)**	**(680.626,50)**

25. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Ganhos de Capital	442.088,32	446.528,18	48.676,06	50.019,71
(-) Perdas de Capital	(2.044,21)	(12.016,60)	(19.140,99)	(41.508,99)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(231.148,69)	(231.148,69)	0,00	0,00
(-) Outras Despesas não Operacionais	(37.213,25)	(37.213,25)	(1.257,08)	(45.663,60)
Resultado Líquido	**171.682,17**	**166.149,64**	**28.277,99**	**(37.152,88)**

26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades do **SICOOB EXECUTIVO** e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais do **SICOOB EXECUTIVO** e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações do **SICOOB EXECUTIVO**, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas concedidas no exercício de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	158.313,85	0,1622%	537,76
TOTAL	**158.313,85**	0,1622%	**537,76**
Montante das Operações Passivas	750.351,97	1,7383%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2020**:**

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	32.484,76	2.203,80	2,0665%
Empréstimos	219.816,13	3.208,18	0,3323%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação á Carteira Total	Taxa Média - %

Depósitos a Vista	84.192,30	0,3903%	0%
Depósitos a Prazo	388.348,37	0,8419%	0,1817%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,5991%
Aplicação Financeira - Pré Fixada	0,2011%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	103,5113%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração do **SICOOB EXECUTIVO**. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
Empréstimos e Financiamentos	0,1603%
Aplicações Financeiras	1,7383%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos	393.507,23
Financiamentos	55.500,00

e) No exercício de 2020 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(108.000,00)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(976.120,25)
Encargos Sociais	(216.824,11)

27. Cooperativa Central

O **SICOOB EXECUTIVO**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiado ao **SICOOB PLANALTO CENTRAL**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB PLANALTO CENTRAL**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB PLANALTO CENTRAL** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles

internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB EXECUTIVO** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB PLANALTO CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações do **SICOOB EXECUTIVO** com o **SICOOB PLANALTO CENTRAL**:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Centralização Financeira	25.157.992,47	15.425.153,92
Investimentos	18.384.420,40	17.644.201,45
Passivo		
Obrigações por Empréstimos e Repasses	14.091.926,37	17.763.594,52

28. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

28.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade do **SICOOB EXECUTIVO** não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas,

correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;

b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;

c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;

d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;

e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;

f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

28.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pelo **SICOOB EXECUTIVO** para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

28.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

28.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

29. Seguros contratados – Não auditado

O **SICOOB EXECUTIVO** adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência	12.876.842,40	10.099.376,60
Ativos Ponderados por Risco - RWA	79.062.241,52	75.969.408,05
Índice de Basileia	**16,28%**	**13,29%**

31. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que o **SICOOB EXECUTIVO** é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Para interposição de recursos fiscais - Lei 9.703/98	333.306,64	330.253,96
TOTAL	**333.306,64**	**330.253,96**

a) Segundo a assessoria jurídica, existem processos judiciais nos quais o **SICOOB EXECUTIVO** figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando (R$ 682.099,75) e não houve perdas prováveis. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

b) O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída.

Luiz Fernando Netto Lara
Diretor Presidente

Claudionor Moura
Diretor Executivo de Relacionamento Interno

Jorge Luiz Moreira
Contador - CRC DF 7.534

Carta de Responsabilidade da Administração

Brasília-DF, 17 de março de 2021.

À
CNAC - Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa

Assunto: Carta de representação da administração da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAUDE E DOS TRABALHADORES EM ENSINO DO DISTRITO FEDERAL LTDA - SICOOB EXECUTIVO**, referente às demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2020.

Prezados Senhores:

Com referência ao seu exame das demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAUDE E DOS TRABALHADORES EM ENSINO DO DISTRITO FEDERAL LTDA - SICOOB EXECUTIVO**, relativa ao exercício findo em 31/12/2020, fornecemos esta carta de representação em conexão com a sua auditoria, cujo objetivo é de expressar uma opinião se as demonstrações contábeis foram apresentadas adequadamente e averiguar se as mesmas refletem em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira e o resultado das operações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Para fins de identificação, as demonstrações contábeis apresentam os seguintes valores básicos:

		Valores correspondentes
TOTAIS	**31 de dezembro de 2020**	**31 de dezembro de 2019**
Ativo	118.153.045,07	109.173.645,99
Passivo	86.867.641,62	81.310.547,31
Patrimônio Líquido	31.285.403,45	27.863.098,68
(=) Total do Passivo + Patrimônio Líquido	118.153.045,07	109.173.645,99
Sobras ou Perdas do período	3.580.486,02	4.042.411,14

Cumprimos nossas responsabilidades como definidas nos termos do convênio do trabalho de auditoria, pela elaboração e apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Desta forma, conforme ata de reunião da Diretoria Executiva, datada de 25/01/2021, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas.

Confirmamos que (com base em nosso melhor entendimento e opinião, depois de feitas as indagações que consideramos necessárias para o fim de nos informarmos apropriadamente):

01- A escrituração contábil e os controles internos adotados pela Cooperativa no período são de nossa responsabilidade, sendo adequados ao tipo de atividade e volume de transações.

02- Confirmamos que todas as transações efetuadas foram devidamente registradas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações contábeis de acordo com a legislação vigente.

03- A Cooperativa tem cumprido todas as disposições de seus contratos que poderiam, em caso de descumprimento, ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis.

04- Não temos operações que possam ser consideradas como instrumentos financeiros derivativos.

05- Nossa administração cumpriu todas as normas e regulamentos a que a Cooperativa está sujeita e não houve qualquer comunicação referente à inobservância de exigências de autoridades regulamentadoras a respeito de aspectos financeiros.

06- Todos os ativos são de propriedade da Cooperativa e que os mesmos estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames.

07- Conforme levantamento realizado pela administração desta cooperativa e registrado na ata de reunião da Diretoria Executiva, datada de 25/01/2021, não há indícios de possível desvalorização dos ativos que indiquem a necessidade de ajustes ao valor recuperável, exceto pelas provisões já constituídas, conforme resolução CMN nº 3.566, de 29/05/2008.

08- Foram adequadamente contabilizados e divulgados nas demonstrações contábeis os saldos das provisões de risco de crédito, conforme legislação em vigor, principalmente no tocante à devida classificação das operações renovadas/renegociadas, sendo o saldo apurado representativo do real risco da nossa carteira de crédito.

09- Não temos planos ou intenções que possam afetar substancialmente o valor ou a classificação de ativos e passivos constantes das demonstrações contábeis.

10- Não existem irregularidades pendentes envolvendo a administração ou colaboradores que possam ter efeito significativo sobre as demonstrações contábeis.

11- Não temos conhecimento de outras contingências que envolvem a Cooperativa, na data base das demonstrações contábeis, que não as já provisionadas ou divulgadas em notas explicativas, exceto as que foram julgadas como probabilidade de perda remota para a cooperativa. As estimativas foram contabilizadas com base em dados e pressupostos consistentes confirmados por nosso(s) assessor(es) jurídico(s)/advogado(s) credenciado(s). Todas as informações sobre contingências que envolvem a Cooperativa, na data base das demonstrações contábeis foram disponibilizadas e informadas a V.Sas.

12- Não há quaisquer contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais e legais que possam afetar a situação financeira e patrimonial da Cooperativa e influir, significativamente, na continuidade de suas atividades.

13- Todos os eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis para os quais as práticas contábeis adotadas no Brasil exigem ajuste ou divulgação foram ajustados ou divulgados em conformidade com o CPC 24.

14- Foi observado o Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados no que tange a registros e divulgações em conformidade com a Resolução CMN nº 4.424/15.

15- Não há nenhum fato conhecido que possa impedir a continuidade normal das atividades da Cooperativa.

16- Julgamos que os seguros contratados foram efetuados em valores suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam ocorrer.

17- Os efeitos das distorções não corrigidas apontadas por esta auditoria foram considerados por esta administração como irrelevantes, individual e agregadamente para as demonstrações contábeis como um todo.

18- Confirmamos a seguir o cadastro de todos os consultores jurídicos que cuidam de litígios cuja cooperativa é parte envolvida:

Nome/Escritório	**Endereço**	**OAB**
Barbosa de Sá, Marra e Alencastro Advogados Associados	SHIS QL 04, conjunto 01, casa 02, Lago Sul – Brasília-DF - CEP: 71.625-020	Inácio (15083) Luis Carlos (56066) Thiago (59419)
Cidade Schmorantz Advogados Associados	SBN, Qd 02, Bloco J, Ed. Paulo Maurício - Sala 811 – CEP: 70.040-905 - Brasília-DF	Ivo (54962)

Lima Advocacia e Auditoria	Quadra 01, Lote 985, Centro Empresarial Parque Brasília, Sala 133	Yumi (52996)

19- Relacionamos a seguir as empresas responsáveis pelo transporte e guarda de numerários da Cooperativa:

Nome	CNPJ
Federal Segurança e Transporte de Valores Ltda.	00.914.803/0001-51

20- Relacionamos a seguir as instituições financeiras com os quais a cooperativa mantém relacionamento:

Nome do banco	Agencia	Conta corrente
BRB – Banco Regional de Brasília	0063	600.397-3
BRB – Banco Regional de Brasília	201	39.738-4

21- Divulgamos aos senhores a identidade das partes relacionadas e todos os relacionamentos e transações das quais temos conhecimento como operações de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. Inclui-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela instituição a colaboradores que exercem cargo de gestão em troca dos serviços que lhe são prestados, bem como foram apropriadamente contabilizados e divulgados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Não temos conhecimento de outras partes relacionadas, além daquelas pelas quais se apresentam informações nas respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis.

22- Não temos conhecimento de que diretores ou funcionários em cargos de responsabilidade ou confiança tenham participado ou participem da administração ou tenham interesses em sociedades com as quais a empresa mantinha ou mantém transações.

23- Divulgamos aos senhores todas as informações relativas a alegações de fraude ou suspeita de fraude. Não temos conhecimento de fraude envolvendo a administração ou colaboradores em cargos de responsabilidade ou confiança que poderiam ter efeito relevante nas demonstrações contábeis e violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.

24- Divulgamos a V. Sas. todos os casos conhecidos de não conformidade ou suspeita de não conformidade com leis e regulamentos, cujos efeitos devem ser considerados na elaboração de demonstrações contábeis

25- Divulgamos aos senhores todas as informações relativas autuação, comunicação, bem como qualquer outro tipo de correspondência, enviado pelo Banco Central do Brasil – BACEN, pela Cooperativa Central ou por qualquer outro órgão regulador/fiscalizar.

26- Divulgamos aos senhores todas as informações relativas às deficiências no controle interno de que a administração tem conhecimento.

27- Reconhecemos nossa responsabilidade quanto à integridade das informações contidas nos descritivos das atividades de controles internos, visando o atendimento à Circular nº 3.467/09 do Banco Central do Brasil e Comunicado Técnico do Ibracon nº 03/10, item 35.

28- Reafirmamos que continuam apropriadas, as representações formais que fizemos anteriormente a respeito dos períodos precedentes relativos, atualmente, aos valores correspondentes apresentados para efeito comparativo às demonstrações contábeis.

29- Nós lhes fornecemos:

- acessos a todas as informações das quais estamos cientes que são relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis, tais como registros, documentação, atas de reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e outros.

- Informações adicionais que V. Sas. nos solicitaram para o propósito da auditoria.

- Acesso irrestrito a pessoas dentro da entidade das quais V. Sas. determinaram necessário obter evidência de auditoria.

- Todos os documentos que pretendemos publicar além das demonstrações contábeis, sendo estes consistentes entre si e não contendo nenhuma distorção relevante.

Atenciosamente,

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Executivo Federal, dos Servidores da Secretaria de Saúde e dos Trabalhadores em Ensino do Distrito Federal Ltda - SICOOB EXECUTIVO

Original assinado por
Luiz Fernando Netto Lara
Diretor Presidente

Original assinado por
Claudionor Moura
Diretor Executivo de Relacionamento Interno

Original assinado por
Jorge Luiz Moreira
Contador - CRC DF 7.534